

LISTA A - Um Bloco mais forte é a esquerda necessária

1. Enquadramento político

O ciclo político que vivemos está marcado por um recuo eleitoral da esquerda e pela maioria absoluta do PS, tanto no país, como em Odivelas. Este contexto favorece a emergência de políticas mais liberais do ponto de vista económico e que tendem a prejudicar mais as pessoas “debaixo”. O corte de rendimentos de quem trabalha ou vive da sua reforma e a não taxaço dos lucros excessivos, é bem ilustrativo do caminho político que o poder pretende trilhar.

Tal como em muitas partes do mundo, também em Portugal, a extrema-direita tem vindo a emergir no espaço político e social, tendo mesmo conseguido reforçar a representação institucional, a nível nacional e local. O discurso e a violência racista e xenófoba têm destruído vidas e ganho espaço público. O combate a essas formas de violência tem sido uma luta desigual, com muitos democratas a fazerem de conta que nada se passa com receio de eventuais perdas eleitorais.

2. Levar o combate anti-fascista para a rua

As pessoas racializadas assumiram as ruas como um lugar que também é seu, através da realização de várias manifestações em diversas cidades do país nas quais exigiam direitos iguais e protestaram contra atos de violência cometidos sobre cidadãos/ãs dessas comunidades. Esta luta tem de ser assumida e partilhada por todas e todos os que ambicionam uma sociedade menos desigual.

Ao mesmo tempo, a extrema-direita também tem saído à rua para tentar demonstrar que em Portugal não há racismo. Ainda que a capacidade de mobilização desta direita radical não seja significativa, as e os anti-fascistas não podem descansar, como a história já nos tem demonstrado.

Às e aos ativistas da esquerda comprometidos com o combate à extrema-direita não pode bastar a certeza da superioridade das suas convicções e da sua ideologia. A todas essas pessoas, assim como ao Bloco de Esquerda, exige-se a assunção da defesa da democracia, da liberdade, da justiça, da igualdade e da fraternidade desde o parlamento às ruas, das autarquias locais aos bairros e dos locais de trabalho até aos momentos de lazer.

3. A centralidade do Serviço Público no enfrentamento de crises

O Serviço Nacional de Saúde é uma das maiores conquistas da democracia e o impacto da sua existência na qualidade de vida de todas as pessoas é inegável. Há muito que o SNS é alvo de ataque de todos quantos querem fazer do negócio da saúde a sua fonte de enriquecimento. Por isso, o SNS tem problemas que, em 2019, a aprovação da Lei de Bases da Saúde pela então

maioria de esquerda no Parlamento abriu caminho para a valorização do Serviço Público, assim seja concretizada dentro do espírito inicial. Neste contexto, registámos positivamente o fim da Parceria Público-Privado que geria o Hospital Beatriz Ângelo, não deixando de reconhecer os problemas que subsistem naquela unidade e nunca parando de exigir mais e melhores recursos para utentes e profissionais do hospital. A mesma exigência vamos manter no que toca aos cuidados de saúde primários, onde urge reverter a atual situação de falta de médicos de família. devem ser assumidos e para os quais devem ser desenhadas as soluções públicas mais ambiciosas.

A criação dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR) em 2014 foi o ponto final na tentativa de privatização daqueles serviços essenciais ensaiada pelo Partido Socialista. Contudo, o serviço prestado às populações está longe de ser o ideal, assim como as ameaças à própria integridade dos SIMAR não estão completamente afastadas. Também aqui é necessário mais investimento público na modernização, qualificação e rejuvenescimento dos serviços e parar a estratégia de externalização de parte da atividade dos SIMAR.

Já o setor da cultura, que tem sido dos mais afetados pelas consequências da crise pandémica, agravadas pela precariedade pré-existente, não pode ser deixado à sua sorte sob pena de reduzirmos a capacidade de refletir criticamente e de podermos perder parte da identidade coletiva, que se representa nas diferentes formas da arte. Neste contexto, uma política cultural pública, com investimento condizente torna-se ainda mais fundamental, pelo que, em Odivelas, o regresso da gestão da Malaposta à esfera pública tem de ser uma prioridade.

4. O Bloco dentro e fora dos órgãos autárquicos

A continuação do excelente trabalho autárquico do Bloco em todos os órgãos locais nos quais tem mantido a mesma representação desde 2013 é o compromisso que reafirmamos com todas as pessoas. A efetivação da automatização da Tarifa Social da Água continuará na linha da frente das nossas reivindicações políticas. As questões sociais, habitacionais, ambientais e de mobilidade continuarão a ser o eixo central da atividade autárquica do Bloco em Odivelas.

Para lá do trabalho nos órgãos autárquicos, a presença do partido nos bairros, nas ruas e em iniciativas que lhe permitam enraizar-se ainda mais são fundamentais. Num momento em que não existe uma sede do Bloco no concelho, a atividade do núcleo nos próximos dois anos deve ser repensada no sentido de promover uma maior descentralização das ações da concelhia por todo o território.

A par da concretização das atividades regulares de propaganda do partido, a estratégia de comunicação da concelhia deve ser repensada, com o intuito de

divulgar mais e melhor o trabalho realizado dentro e fora dos órgãos autárquicos e redinamizar a comunicação através de meios digitais.

5. Uma organização horizontalizada é uma estrutura mais forte

A concelhia de Odivelas do Bloco de Esquerda tem funcionado sempre em plenário, procurando envolver o maior número de camaradas em todas as decisões. Esse modelo torna o processo político mais aberto, plural e democrático. Numa estrutura com a dimensão da concelhia de Odivelas, esta forma de organização do trabalho tem possibilitado o desenvolvimento da atividade do partido, alargando a sua capacidade de influência e implantação ao longo dos anos.

Não sendo imune à variação dos ciclos políticos, o funcionamento da concelhia em plenário continua a ser a melhor forma de organizar e distribuir trabalho pelo maior número possível de pessoas, responsabilizando-as também pelas escolhas do coletivo.

Assim, nos próximos dois anos, a concelhia de Odivelas irá funcionar em plenário e num modelo de organização horizontalizado.

LISTA DE CANDIDAT@S PARA A COORDENADORA CONCELHIA DE ODIVELAS – MANDATO 2022-2024

Efetiv@s

- 1 – Teresa Fernandes, 62 anos, vendedora, aderente 11898;
- 2 – David Machado, 54 anos, assistente pós-venda, aderente 10046;
- 3 - Maria do Carmo Gonçalves, 60 anos, professora, aderente 8697;
- 4 – José Valente (Paulo César), 67 anos, ator, aderente 7289;
- 5 – Raquel Correia, 42 anos, operadora de call center, aderente 11271;
- 6 – Filipe Rosas ,77 anos, médico reformado,661
- 7 - Inês Ferreira, 31 anos, assistente social, aderente 6313;
- 8 - Pedro Loução, 19 anos, estudante, aderente 13974;
- 9 - Sara Simões, 34 anos, analista, aderente 9592

Suplentes

- 10 – Gonçalo Russo, 44 anos, assessor jurídico, aderente 16294;
- 11 - Dália Fernandes, 55 anos, funcionária da administração local, aderente 10138;
- 12 - Vanessa Santos, 33 anos, desempregada, aderente 12606;
- 13 – Paulo Gonçalves, 53 anos, carteiro e dirigente sindical, aderente 6135;
- 14 - Helga Coelho da Silva, 43 anos, doméstica, aderente 11786;
- 15 - João Marques, 47 anos, mecânico, aderente 8353

Proponentes

Ana Costa, António Carvalho, Armando Mesquita ,Fernando Fontinha, João Curvêlo, José Falcão, José Rebelo, Luís Santos, Nuno Costa, Nuno Martinho, Osvaldo Rojas e Vitor Tavares, Inês Costa, Paulo Sousa, Patrícia Quintão.